

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Natan dos Santos Rodrigues Júnior¹

natan.srj@gmail.com

Universidade Federal do Ceará- UFC
Brasil

Resumo

O “neodesenvolvimentismo” surge no contexto de desgaste do projeto neoliberal, demarcando, com este, continuidades e discontinuidades. Foi o ciclo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que constituiu o “neodesenvolvimentismo” como novo modelo de desenvolvimento capitalista, sob direção do grande capital organizado. O “neodesenvolvimentismo”, porém, e a despeito de importantes avanços em relação à década de 1990, não só não contribuiu para superar o problema histórico da dependência brasileira, mas ao contrário, fortaleceu tendências no sentido de aprofundar a precarização estrutural do trabalho e a inserção subordinada e periférica do País na divisão internacional do trabalho, aumentando sua vulnerabilidade externa, em um contexto mais complexo e sofisticado.

Palavras-chave: neodesenvolvimentismo; superexploração do trabalho; dependência.

Abstract

The "neodevelopmentism" appear in the deterioration context's of the neoliberal project generating consequently, continuities and discontinuities. It was in the cycles of the of Luís Inácio Lula da Silva governments' (2003-2010) that the "neodevelopment" constituted itself as a new model of capitalist development under the direction of large organized capital. However, in spite of important advances in relation to the 1990s, "neodevelopmentism" has not only failed to overcome the historical problem of Brazilian dependence, but instead has strengthened tendencies towards deepening the structural precariousness of work and subordinate and peripheral insertion of the country into the international division of labor, increasing its external vulnerability in a more complex and sophisticated context.

Keywords: neodevelopment; overexploitation of labor; dependency.

1. Introdução

¹ Bolsista vinculado ao CNPq e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

O projeto neoliberal implantado na América Latina durante os anos de 1990 adaptou o capitalismo dependente vigente na região às necessidades do imperialismo em sua fase contemporânea. Nesse âmbito, importantes ajustes econômicos, políticos e culturais foram realizados em prol da hegemonia do capital financeiro dentro o bloco no poder.

Em fins dos anos de 2000, o modelo neoliberal demonstrava sinais de desgaste motivados pelos baixos índices de crescimento econômico e o aumento da concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e internacionais, aumentando, em consequência, a desigualdade, desemprego, pobreza e violência. Neste cenário, importantes processos de lutas sociais desenvolveram-se em todo o mundo, como os movimentos anti-globalização em Seattle, a conformação dos encontros do Fórum Social Mundial, e revoltas populares na América Latina que punham abaixo governos neoliberais no Equador, Venezuela, Bolívia e Argentina. Diante disso, a grande burguesia internacional realizou ajustes em sua estratégia e introduziu uma variante mais moderada do mesmo modelo, em que o Estado passou a intervir nas “falhas do mercado”.

O chamado “neodesenvolvimentismo” configura-se nesse contexto de desgaste do projeto neoliberal e emerge como desenvolvimento possível em meio à crise, dentro dos limites do sistema, atuando, portanto, no socorro do grande capital monopolista.

O presente artigo, que apresenta resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento, busca compreender, à luz da Teoria Marxista da Dependência, o assim chamado projeto “neodesenvolvimentista” e a particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, bem como analisar as transformações na morfologia do trabalho no País, tendo como foco o problema da precarização das relações de trabalho.

2. Procedimentos metodológicos

No seu estudo de economia política, Karl Marx (1983) sustenta que é preciso esforço metódico para apreender a matéria em sua essência, apanhar os nexos existentes entre os elementos simples que compõem o objeto em estudo e a teia de relações que o próprio objeto mantém com outros objetos constitutivos da realidade.

Desse modo, para a realização do presente artigo, partiu-se da apropriação de bibliografia de autores clássicos e contemporâneos, que analisam a gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro como uma forma portadora de particularidades, quando confrontada com os casos clássicos e prussianos. A categoria base dessa análise é a particularidade brasileira, tida como um caso não clássico de transição para o capitalismo, com a consequente constituição da situação de dependência. A partir disto, podemos analisar criticamente o País na entrada do século XXI, com a constituição do chamado “neodesenvolvimentismo”.

Compreende-se, ainda, o processo de reestruturação produtiva em curso como fenômeno inerente à crise estrutural do capital, à luz dos teóricos que tem se debruçado sobre as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho no Brasil.

Contou-se também com uma dimensão quantitativa, a partir da coleta de um conjunto de dados macroeconômicos, de indicadores sociais e do mercado de trabalho do Brasil, recorrendo a fontes secundárias disponibilizadas pela internet, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE , para dados populacionais e indicadores sociais do Brasil; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para análise da dinâmica econômica, do mercado de trabalho e políticas setoriais; o Ministério do Trabalho e Emprego, para dados sobre admissões/desligamentos e estoques de empregos formais (através dos cadastros CAGED e RAIS); o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, para dados gerais sobre mercado de trabalho, condições de trabalho e a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

3. Teoria Marxista da Dependência e a particularidade do capitalismo brasileiro

Ruy Mauro Marini, ao longo de sua vasta produção bibliográfica, em especial na obra *Dialética da Dependência*, rejeita, com grande habilidade, as teses desenvolvimentistas, ideologias² que tentavam repetir no Brasil a mesma trajetória ou

² Ideologia, conforme apontado na obra *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, se refere ao conjunto de ideias e representações que desconhecem seu enraizamento sócio-político, histórico-econômico. Não reconhece a trama de interesses que partilham de sua formulação teórica, ignora os nexos causais e a base sócio-histórica com a qual as ideias se relacionam. O ideólogo, dessa forma, ao apresentar suas categorias como naturais e supra-históricas, impossibilita uma real compreensão do processo social e, conseqüentemente, sua transformação, promovendo um auto-engano.

etapas pelas quais passaram os países centrais. Segundo ele, mais do que “insuficiência de capitalismo”, ou “pré-capitalismo” na América Latina, o que se registrava era a existência de um capitalismo *sui generis*, “que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138).

Nos mostra ainda o papel fundamental que a América Latina desempenhou para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo mundial. A independência formal dos países latino-americanos coincidiu com o aprofundamento da Revolução Industrial nos países centrais, onde os primeiros foram incorporados de forma dependente à nascente divisão internacional do trabalho. Segundo Marini, foi a subordinação latino-americana que possibilitou a Revolução Industrial nos países europeus, já que estes necessitavam assegurar uma ampla oferta de gêneros alimentícios e matéria-prima para indústria, podendo, dessa forma, se especializar na produção de bens manufaturados, liberando cada vez mais trabalhadores do campo para a cidade. A ampla oferta de gêneros alimentícios a baixo preço advinda dos países latino-americanos para os países centrais possibilitou a desvalorização dos bens-salários (bens necessários à reprodução da força de trabalho) dos operários europeus, já que diminuía o tempo de trabalho necessário para repor os gastos com salários e aumentava o tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia. Portanto, é a situação de dependência e especialização na exportação de bens primários dos países da periferia que possibilita o deslocamento do eixo de acumulação do capitalismo mundial, passando para uma extração de mais-valia relativa, o que caracteriza de forma plena o modo de produção capitalista.

Haveria, por meio das *trocas desiguais* entre países dominantes exportadores de produtos industrializados e países dependentes exportadores de bens primários, uma transferência sem equivalente de valor das nações periféricas em favor dos países centrais, que configura uma transferência de mais-valia, fazendo cair as taxas de lucro nos países periféricos, enquanto contribui como um mecanismo para contrabalancear a tendência à queda das taxas de lucro nos países industriais. Incapazes de se contrapor aos países centrais restam aos países latino-americanos, portanto, buscar mecanismos no plano da produção interna para compensar as perdas por conta das trocas desiguais: vender cada vez mais produtos, aumentando a massa de valor realizado, mediante uma maior exploração da força de trabalho.

Marini segue a risca o método marxiano de partir das relações materiais de produção e afirma que enquanto nos países centrais a acumulação se baseia na produtividade do trabalho, com investimento crescente em capital constante e redução do tempo de trabalho necessário à reposição com os gastos em capital variável, com o consequente aumento da taxa de mais-valia, nos países periféricos a acumulação está fundada em uma maior exploração da força de trabalho (RODRIGUES JUNIOR, 2014). Este processo combina *intensificação do ritmo e aumento da extensão da jornada de trabalho*, com a pura e simples *remuneração abaixo do valor real da força de trabalho*, ou seja, remuneração que mal possibilita a simples reprodução física dos trabalhadores, ocorrendo a apropriação de parte do fundo destinado ao salário e a conversão deste em capital, o que o autor designa como *superexploração do trabalho*.

No mais, fica claro que é por meio da superexploração do trabalho que os países dependentes conseguem não apenas compensar a perda de mais-valia que sofrem mediante as trocas desiguais, mas também é por meio dela, ao aumentar a exploração sobre seus trabalhadores, que estes países conseguem se desenvolver de forma capitalista, ainda que aprofundem a dependência. O desenvolvimento capitalista subordinado trilhado pelos países periféricos alcançando inclusive, no caso do Brasil, o estágio de economia monopolista e com forte atuação do capital financeiro a partir da ditadura civil-militar de 1964, exige, para tanto, somas cada vez mais elevadas de extração de mais-valia, retroalimentando a superexploração do trabalho nos países dependentes. A ideia de que estes países poderiam, dentro do capitalismo, superar o “atraso” e alcançar o padrão de desenvolvimento dos países centrais a partir de um pacto nacional é apontada por Marini como construção ideológica, portanto, falsa representação que esconde os reais interesses a que se articula.

4. Para a crítica ao “neodesenvolvimentismo”

A crise manifestada no sistema financeiro em 2008 é parte de um processo mais amplo, caracterizado por Mészáros (2009) como crise estrutural do capital, irrompida nos anos de 1970, de caráter sistêmico, de longa duração e de amplitude global, fato que demarca a particularidade desta crise em relação às anteriores do capitalismo. O diagnóstico neoliberal sobre suas causas, evidentemente, não poderia ir à raiz do problema, pois teria que considerar a contradição fundamental entre as forças

produtivas e as relações sociais de produção, o que levaria, em última instância, ao próprio questionamento da propriedade privada e de toda a lógica do capital.

Os neoliberais, portanto, produzem uma análise superficial da crise, responsabilizando o Estado Benfeitor keynesiano, com excesso de oferta monetária, de impostos e de regulações do mercado. Ao desconsiderar as premissas reais, concretas e materiais da vida social, ao ignorar as determinações que põe limites históricos à reprodução do sistema, estes teóricos produzem uma falsa representação a respeito da realidade. Em outras palavras, formulam uma ideologia. Como afirma Mészáros (2004, p. 65)

Na verdade, a ideologia não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Estas ideias, portanto, não estão descoladas da realidade social, mas ao contrário, como ideologias, elas guardam relação com interesses particulares, que se expressam com a aparência de universalidade.

A classe burguesa se beneficia em seu conjunto com as medidas neoliberais, particularmente no que toca à contenção dos salários, com a consequente retomada da taxa de lucro, as privatizações, a apropriação de parte do fundo público e com a desconstrução das políticas públicas que atendem aos interesses dos trabalhadores. Porém, no interior da classe dominante, a fração burguesa que conquista hegemonia e consegue impor plenamente seus interesses é o capital financeiro, já que as mudanças institucionais, em especial a desregulamentação dos mercados financeiros, criaram as condições propícias para um deslocamento dos capitais do setor produtivo para a especulação, com uma diminuição do comércio mundial de mercadorias, potencializada pela crise estrutural do sistema.

O capitalismo, em sua fase contemporânea, com vistas a recuperar suas as taxas de lucro, passou por um intenso processo de reestruturação produtiva³ no sentido

³ De acordo com Alves (2011, p. 30) “capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a

da “toyotização⁴” da forma de organização do trabalho, em um contexto de desemprego estrutural, em que aumenta o nível de sujeição dos trabalhadores frente às exigências das empresas, diante do medo iminente da perda do emprego.

O desgaste do projeto neoliberal, em fins dos anos 1990, ocasionou a eleição de governos “progressistas” na América Latina, e produziu expectativas em diversos setores sociais, a ponto de o período ser caracterizado pelo eminente sociólogo Emir Sader (2011) como uma transição ao pós-neoliberalismo.

Foi o ciclo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que constituiu o “neodesenvolvimentismo” como novo modelo de desenvolvimento capitalista, sob direção do grande capital organizado. O Estado capitalista no Brasil assumiu uma função crucial, seja como financiador, a exemplo da relação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com as grandes corporações de capital privado nacional, seja como investidor, como se manifestou, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Luiz Carlos Bresser-Pereira, por seu turno, foi um dos primeiros a teorizar sobre o projeto neodesenvolvimentista. Segundo o economista brasileiro, o neodesenvolvimentismo seria um “terceiro discurso” entre o “populismo da esquerda burocrática” e o neoliberalismo, denominado por ele de “ortodoxia convencional” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

Segundo Giovanni Alves (2016), o neodesenvolvimentismo seria “[...] uma outra visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital” (p. 114), com forte atuação do Estado afim de criar as condições para o crescimento da economia, bem como fortalecimento do mercado interno com redução de pobreza e políticas distributivas. A rigor, este “novo intervencionismo” do Estado não seria um regresso, “senão a volta do Estado ao centro da cena pública, a partir do desmonte da mitologia neoliberal do livre mercado a regular a vida social” (CARVALHO, 2014, p. 228).

Quando se compara o novo desenvolvimentismo com o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1930-80, percebemos com maior evidência suas características. Segundo o cientista político Armando Boito Jr (2012), o crescimento

extrapolar, impondo transformações nas ‘condições de produção’ (ou ‘relações produtivas’), ‘e, com elas, em todas as condições e relações sociais’”.

⁴ O toyotismo é um modelo de racionalização da organização do trabalho oriundo no Japão e que se diferencia do modelo fordista por ser uma produção muito vinculada à demanda; fundamentada no trabalho em equipe e polivalente; processo produtivo flexível; estrutura horizontalizada com ampliação da terceirização; e uso do *just in time*, *kanban* e os Círculos de Controle de Qualidade. (ANTUNES, 2000).

econômico alcançado no primeiro, apesar de mais relevante que no período neoliberal, fica muito aquém do foi propiciado pelo velho desenvolvimentismo; além disso, o neodesenvolvimentismo confere importância menor ao mercado interno, à política de desenvolvimento do parque industrial local, tem menor capacidade de distribuição de renda, promove uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro e perdeu qualquer aspecto de projeto nacionalista e anti-imperialista (idem, 2012). Fica claro que, apesar do adjetivo “novo”, existem poucos pontos em comum entre os dois desenvolvimentos. De fato, os governos Lula e Dilma pouco fizeram para reverter a dependência tecnológica, a desnacionalização e desindustrialização da economia e a reprimarização da sua pauta de exportação. Isso significa que o neodesenvolvimentismo está limitado pelos constrangimentos da ordem sistêmica do capital no plano do mercado mundial, determinando seu caráter farsesco (ALVES, 2016).

O neodesenvolvimentismo, porém, e a despeito de importantes avanços em relação à década de 1990, não só não contribuiu para superar o problema histórico da dependência brasileira, mas ao contrário, fortaleceu tendências no sentido de aprofundar a precarização estrutural do trabalho e a inserção subordinada e periférica do País na divisão internacional do trabalho, aumentando sua vulnerabilidade externa, em um contexto mais complexo e sofisticado.

5. *Lulismo*, social-liberalismo e superexploração do trabalho

O fenômeno do *lulismo*, segundo Ruy Braga (2016), pode ser entendido como uma forma específica de regulação do conflito de classes e configurou-se a partir do *consentimento passivo* da classe trabalhadora que conquistou melhorias efetivas durante o período de expansão econômica, ainda que incomparavelmente aquém dos ganhos da burguesia, bem como do *consentimento ativo* da burocracia sindical, lideranças de movimentos populares e grupos médios intelectualizados. Em outras palavras, uma das novidades fundamentais desse programa de conciliação de classes do capitalismo dependente brasileiro, reside na participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do Estado, a partir da cooptação e do apassivamento do movimento sindical, conformando “um equilíbrio de forças do capital e do trabalho, desenvolvendo um governo de ajuste ao capital mundializado, em meio à adesão passiva das massas” (CARVALHO; GUERRA, 2015, p. 52).

Os críticos ao novo modelo apontam que antes de promover uma ruptura com o ideário e a política neoliberal, o assim chamado “novo desenvolvimentismo” se propõe a conciliar os antigos pressupostos ortodoxos com uma inflexão política que permita uma retomada, ainda que incipiente, do crescimento econômico. Esse modelo, portanto, seria mais bem denominado, segundo Rodrigo Castelo, como social-liberalismo.

O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para as retomadas das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração nem mesmo de debate. Restaria, como alternativa “realista”, a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades socioeconômicas (CASTELO, 2013, p. 264).

O social-liberalismo conformou um modelo de desenvolvimento capitalista sob direção do grande capital organizado, mediante um papel de destaque para o Estado, seja como financiador, seja como investidor, como se manifestou, por exemplo, no PAC, na perspectiva de atender concomitantemente reivindicações da classe trabalhadora e as exigências da classe dominante.

Como resultado, no período de 2000 a 2011, o Brasil cresceu à taxa média de 3,62%, um feito considerável quando comparado ao crescimento praticado durante a década de 1990, embora aquém dos demais países emergentes⁵. Além disso, houve um aumento do crédito ao consumo e os novos programas sociais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, que tiveram importante impacto no combate à miséria absoluta nos setores mais marginalizados da classe-que-vive-do-trabalho⁶ no Brasil. Houve uma redução da pobreza absoluta, aumento do crédito para o consumo e melhoria da posição externa do Brasil. Na política econômica mantiveram-se orientações neoliberais, como câmbio flexível, altas taxas de juros e *superavit* primário, mas operaram-se variações no modelo, obtendo resultados positivos em termos de crescimento econômico, geração de emprego e rendimento dos trabalhadores e estruturação de políticas assistenciais para os estratos mais vulneráveis da população, quando comparado aos números da década de 1990 (MACÁRIO; RODRIGUES JÚNIOR; SILVA, 2016).

⁵ A esse respeito conferir *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, disponível em http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf

⁶ Conceito retirado de Ricardo Antunes (2000).

No período compreendido entre 2003 e 2012 houve um crescimento de 53,6% no contingente dos empregados com carteira assinada no setor privado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O desemprego total caiu de perto de 20% em 2001 para menos de 10% em 2012, expressando a importante geração de postos de trabalho na faixa salarial acima de meio até dois salários-mínimos. No entanto, o que se verifica no período é a concentração dos empregos gerados na faixa salarial de ½ a 3 salários mínimos (SM), e uma redução dos empregos na faixa salarial acima de 3 SM, o que configura uma clara tendência a precarização do trabalho no Brasil e um nivelamento salarial por baixo (MACÁRIO, 2014). Isto pode ser compreendido como consequência de uma correlação de forças amplamente favorável ao capital, a partir de reestruturação produtiva que elimina postos intermediários (como gerência, etc), repassando essas atividades para o chão da fábrica, mediante o trabalho polivalente (ANTUNES, 2003).

Outra marca deste período é a predominância dos empregos de curta duração, a proliferação dos contratos de trabalho temporários, em tempo parcial, os vínculos terceirizados, dentre outros. Segundo dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o número de terceirizados no Brasil chegou a 12,7 milhões em 2013. Estes trabalhadores além de estarem mais propensos a acidentes de trabalho recebiam no período 24,7% a menos do que aqueles que tinham contratos diretos com as empresas e trabalhavam três horas semanais a mais que os efetivos (CUT, 2014).

Esses dados trazem indícios relevantes sobre a precarização estrutural do trabalho. Segundo Alba Carvalho (2014), este seria um fenômeno contemporâneo e sintomático da crise civilizacional produzida pelo sistema do capital, entendido para além do rebaixamento salarial, mas que envolve também a precarização existencial dos trabalhadores.

6. Considerações finais

É possível concluir que a ideia de um desenvolvimento como um grande pacto nacional que atende aos interesses gerais da nação, tanto das frações burguesas como dos trabalhadores, para superar a dependência e subordinação do Brasil no plano mundial, tal qual defendida pelo *lulismo*, não é factível nos marcos do capitalismo e da divisão internacional do trabalho em que se assenta, já que o próprio desenvolvimento

do capitalismo dependente somente pode ter por base a intensificação da exploração do trabalho (MARINI, 2005), como fica patente nas atuais propostas de retiradas de direitos trabalhistas em meio à crise. Estas ideias constituem, portanto, uma construção ideológica que disfarçam projetos particulares na forma de interesses gerais.

Diante do exposto, é possível concluir que a luta contra a precarização do trabalho no Brasil em um contexto de acirramento da luta de classes enfrenta obstáculos estruturais e conjunturais.

Os primeiros dizem respeito às características do modo de produção capitalista dependente historicamente implementado na América Latina, orientado para acumulação a partir da superexploração do trabalho.

Além disso, é preciso levar em consideração aspectos conjunturais que dizem respeito aos projetos políticos em voga em cada momento histórico, que se definem pelo movimento do capital e pela correlação de forças da luta de classe. Como foi possível observar, o desgaste do neoliberalismo em todo o mundo em fins da década de 1990 e o ascenso de lutas de massa que levaram, inclusive, ao poder governos comprometidos, em maior ou menor grau, com a agenda política anti-neoliberal, promoveu inflexões no referido projeto que buscavam, dentre outras questões, forjar um pacto de classes que atuasse nos efeitos mais perversos da questão social, ainda que permanecendo intacta a essência dos interesses do capital, a partir de um processo permanente de despolitização, cooptação e desmobilização da classe trabalhadora, que contou com a participação ativa de burocracias sindicais e lideranças de movimentos populares.

Referências

ALVES, G. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2002-2013). In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (orgs). **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 101-125.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Coleção Mundo do Trabalho. 2011. 168 p.

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 261 p.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

BOITO JR, A.. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV / São Paulo. 2012. Disponível em:
<<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%>

BRAGA, R.. O fim do lulismo. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (orgs). **Por que gritamos golpe?** : Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-60.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CARVALHO, A. M. P.. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 1, p. 225-239, 2014. Disponível em:
<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2713>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CASTELO, R.. **O Social-liberalismo** - Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 400 p.

CUT.. **Terceirização e desenvolvimento**: uma conta que não fecha. / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. 56 p.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**: Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MACÁRIO, E; RODRIGUES JÚNIOR, N. S; SILVA, R. A.. Trabalho e Questão Social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (orgs). **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 127-153.

MACÁRIO, E.. Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e do Ceará. In: Aurineide Maria da Cunha; Irma Martins Moroni da Silveira. (Org.). **Expressões da Questão Social do Ceará**. 1ed.Fortaleza: Ed Uece, 2014, v. 1, p. 61-92.

MARINI, R. M.. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

MARX, K.. **O Capital**. (Os economistas). v.1. São Paulo: Abril Cultural,1983. 301 p.

MÉSZÁROS, I.. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SADER, E.. **Os desafios do pós-neoliberalismo**. Disponível em:
<<https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=820>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

RODRIGUES JUNIOR, N. S. **O Subimperialismo brasileiro em Ruy Mauro Marini: Fundamentos socioeconômicos, particularidade do fenômeno e debates contemporâneos**. 2014. 75f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.